

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES, REALIZADA NO DIA TRINTA DE
ABRIL DE DOIS MIL E DEZANOVE**

----- Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas dez horas, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2 – ORDEM DO DIA -----

a)- Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de dezembro; -----

b)- Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Ocupação dos Tempos Livres de Fornos de Algodres. -----

c) - Proposta de nomeação dos representantes do Conselho Municipal de Educação. -----

d) - Apreciação e votação da Prestação de Contas de 2018. -----

e) - Proposta de Revisão Orçamental n.º2/2019 e Revisão às GOP n.º2/2019. -----

3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO -----

4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os presentes, passando de imediato à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças: Carlos Manuel Andrade Costa, Rui Manuel Nunes Paulo Viçoso, António José Elvas da Rocha, Manuel Gonçalves dos Santos, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Nélio Alexandre Ferreira Sequeira, Tiago Rafael Pratas Andrade, Cristina Maria Campos Guerra, Rui Pedro Bernardo Santos, Artur Francisco Almeida de Oliveira, Porfírio Simões Paraíso, Nuno Jorge Porfírio Marques, Delfim Pereira Rodrigues, António Júlio Rebelo Oliveira, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Daniel Alexandre Sousa Andrade, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, José Joaquim dos Santos Nunes, Vítor Hugo Cardoso Dias, Augusto António Morais de Carvalho e António Pires Fonseca. Faltaram aos trabalhos os membros da assembleia: José Aurélio Marques Veiga, João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa Veiga e Rui Manuel Andrade Gomes. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração à ata da sessão ordinária de vinte e oito de fevereiro; não havendo propostas, foi a mesma colocada à votação tendo sido aprovada por maioria com duas abstenções. -----

----- De seguida procedeu-se à leitura do expediente, tendo o Sr. Presidente da Assembleia informado que, em virtude do membro da assembleia Pedro Falcão ter solicitado um período de suspensão de trezentos e sessenta e cinco dias, foi o mesmo substituído pela deputada Cristina Maria Campos Guerra, tendo esta tomado posse imediatamente antes do início da sessão. -----

----- Entrando-se no Período Antes da Ordem do Dia, usou da palavra o membro da assembleia Álvaro dos Santos lamentando o facto de não ter havido um comunicado oficial à Junta de Freguesia de Figueiró da Granja acerca da alteração no fornecimento de refeições escolares, acrescentando que a Associação que ganhou o concurso faz o fornecimento de refeições por um valor mais baixo, mas não cumpre o estipulado no caderno de encargos. Disse, ainda, que a Liga de Amigos de Figueiró fez uma série de investimentos para esse efeito e, nessa medida, não se justifica esta alteração quase no término do ano letivo. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o fornecimento de refeições escolares foi objeto de concurso público, ao qual concorreram a Liga dos Amigos de Figueiró da Granja e a Associação para o Desenvolvimento da Muxagata, tendo esta ganho o concurso. Referiu ainda que, caso o caderno de encargos não esteja a ser cumprido, tomarão as devidas providências. -----

----- Passou-se à Ordem do Dia, nomeadamente à alínea a) da Ordem de Trabalhos: "Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de dezembro", tendo o Sr. Presidente baseado a sua comunicação no ofício nº 309 datado de 18 de abril de 2019, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata. -----

----- O membro da assembleia Luís Ginja usou da palavra para questionar o Sr. Presidente da Câmara como se processa a Ação de Monitorização da GNR relativamente à gestão de combustíveis, ou seja, se atuam de imediato ou se dão oportunidade às pessoas para proceder à respetiva limpeza. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que, em princípio, darão oportunidade às pessoas para procederem à limpeza dos terrenos. -----

----- Passou-se de imediato à alínea b) da Ordem do Dia: "Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Ocupação dos Tempos Livres de Fornos de Algodres". -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que é necessário proceder a duas alterações ao Regulamento em questão, nomeadamente ao Art.º 5.º " O Programa pode decorrer em qualquer altura do ano, sendo da responsabilidade do Presidente da Câmara a aprovação dos projetos a desenvolver em cada ano civil" e ao ponto 12 " É da competência do Presidente da Câmara Municipal..." -----

----- No uso da palavra, o membro da assembleia Cristina Guerra referiu que a ata de reunião de câmara referente a esta questão não está em conformidade porque não está devidamente assinada, pelo que as deliberações do órgão só adquirem eficácia depois da aprovação e assinatura das respetivas atas. Assim sendo, não faz sentido a assembleia votar este ponto uma vez que não está em conformidade, tendo alertado a Mesa da Assembleia para esse facto, antes do início da sessão. -----

----- O membro da assembleia e segundo secretário Manuel Gonçalves referiu que foi solicitado parecer a um jurista relativamente a esta matéria, que passou a ler: " As atas têm o propósito de garantir a certeza, confiança e transparência no seio da Administração Pública devendo as mesmas ser aprovadas pelos membros no final da respetiva reunião ou no início da reunião seguinte, pelos membros que estiveram

presentes, devendo ser assinadas, após votação, pelo Presidente e pelo secretário. Da interpretação conjugada dos artigos 57.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro e do artigo 34.º do CPA deflui que efetivamente a Ata em causa pode ser assinada pelo Presidente. Com efeito, nos termos do artigo 34.º do CPA se a Ata tivesse sido submetida à aprovação logo no final da respetiva reunião, teria de ser assinada pela Vice-Presidente em regime de suplência. Ocorre que, a Ata só foi submetida à aprovação no início da reunião seguinte, e refere o n.º.3 do artigo 34.º do aludido diploma que “*Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita*”, todavia como na reunião anterior se pode entender que a Vice-Presidente estava a substituir o Presidente, logo na sessão seguinte ele pode participar na aprovação e assinar a Ata.” -----

----- Ainda relativamente a este assunto, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a ata em minuta é um documento aprovado no final de cada reunião, pelo que a eficácia das deliberações está atestada através da aprovação da ata em minuta no final da reunião. -----

----- De seguida o Sr. Presidente da Assembleia colocou a votação a alínea b) da Ordem do Dia: Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Ocupação dos Tempos Livres de Fornos de Algodres”, tendo sido o mesmo aprovado por maioria com uma abstenção da Bancada do CDS. -----

----- Passou-se à alínea c) da Ordem do Dia: “Proposta de nomeação dos representantes do Conselho Municipal de Educação”. -----

----- Acerca desta matéria, o Sr. Presidente da Câmara referiu o seguinte: “De acordo com o art.º6 da Lei n.º7/2003, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º41/2003, de 22 de agosto, 6/2012, de 10 de fevereiro, e 72/2015, de 11 de maio, o Conselho Municipal de Educação é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos pela Câmara Municipal. Neste sentido, após serem auscultadas as entidades com assento no referido Conselho, apresenta-se a lista em anexo, para apreciação e votação e posterior envio à Assembleia Municipal.” -----

----- Não havendo intervenções acerca deste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou-o à votação tendo sido o mesmo aprovado por maioria com uma abstenção da Bancada do CDS. -----

----- Passou-se de seguida à alínea d) da Ordem do Dia: “Apreciação e votação da Prestação de Contas de 2018”. -----

----- Relativamente a este assunto o Sr. Presidente da Câmara realçou: -----

----- O facto do Município ter cumprido a regra do Equilíbrio Orçamental; -----

----- O pagamento de Passivos Contingentes a várias Entidades que fazem parte do Relatório; -----

----- O pagamento a fornecedores em quatro dias, sendo que o prazo médio de pagamento é de noventa dias. -----

----- No tocante ao relatório do Revisor Oficial de Contas, o Sr. Presidente da Câmara referiu que foi emitido com algumas reservas o qual passou a ler e se dá aqui como transcrito. -----

----- O membro da assembleia Cristina Guerra usou da palavra para parabenizar o executivo pelo pagamento dos Passivos Contingentes, na medida em que também foi uma luta sua no anterior mandato.

Prosseguiu referindo que os pagamentos a fornecedores têm sido feitos com uma regularidade quase única no panorama nacional, facto pelo qual se congratula. -----

----- No concernente às contas, afirmou que não temos de nos reportar às gestões anteriores uma vez que atualmente quem governa o destino do concelho é o Sr. Presidente da Câmara, acrescentando que não compreende porque é que os bens que fazem parte do património dos fornenses ainda não estão refletidos nas contas, e, nessa medida, as demonstrações financeiras não podem estar corretas. -----

----- Seguiu-se o membro da assembleia Luís Ginja referindo que o atual executivo conseguiu pagar algumas dívidas contingentes sem ter necessidade de recorrer ao FAM, o que é de enaltecer; destacou, também, o prazo médio de pagamento a fornecedores e a concluir referiu que os resultados positivos têm vindo a verificar-se desde dois mil e catorze, altura em que o atual executivo tomou posse. -----

----- No uso da palavra, o membro da assembleia Artur Oliveira referiu que estamos perante um documento técnico e político, reflexo da execução do orçamento; do ponto de vista técnico salientou o pagamento de parte dos passivos contingentes com as receitas da Câmara Municipal. No entanto, continua a subvalorização dos ativos, situação de certo modo incompreensível, dada a sua recorrência, os investimentos financeiros estão, também, subavaliados e o rácio de autonomia financeira é negativo. Prosseguiu referindo que aumentando o ativo por avaliação, os fundos próprios passariam a positivo. -----

----- Interveio o membro da assembleia Manuel Gonçalves destacando positivamente a taxa de execução de 93% e a diminuição da receita corrente de 0,95%. Referiu, também, que houve um aumento da receita de capital resultante do acordo celebrado com o FAM, acrescentando que é um problema que se arrasta desde dois mil e treze o qual obrigou este executivo a um exercício tremendo para conseguir levar o Município a bom termo. -----

----- Prosseguiu dizendo que houve um aumento das despesas com o pessoal, mas que está perfeitamente definido com as opções tomadas pelo Governo. Em complemento, referiu que o resultado líquido do exercício de cerca de trezentos e trinta e quatro mil euros, a nível orçamental é equilibrado, embora concorde com o que ali foi dito relativamente ao contencioso que afeta o ativo do Município, exprimindo a opinião de que este Município foi delapidado no seu património e, nessa medida, não pode pôr em causa a aprovação da Conta de Gerência, uma vez que não pode ser imputada culpa a este executivo. A concluir elogiou a qualidade na apresentação dos documentos. -----

----- Seguiu-se o membro da assembleia Rui Viçoso destacando positivamente a execução da despesa em 87% e da receita em 90%, no entanto, a Bancada do PSD votou contra o orçamento porque discordou do tipo de gestão da Câmara em termos de conteúdo na aplicação das verbas, ou seja, houve uma boa execução mas o dinheiro foi mal gasto, uma vez que não foram criadas infraestruturas que originassem riqueza para o futuro. Referiu, também, que há iniciativas interessantes que trazem afluência de pessoas ao concelho durante todo o ano, nomeadamente os passadiços, comparativamente à Youth Cup que atrai muita gente, mas apenas durante dois dias ou três dias. -----

----- Referiu que houve uma série de alterações orçamentais e transferência de verbas de umas rubricas

para outras e, uma vez que há esta abertura, lembrou que há investimentos necessários, nomeadamente a pavimentação de estradas. Nesta medida, dirigiu um apelo ao executivo e aos Presidentes das Juntas de Freguesia, no sentido de ponderarem acerca de projetos e estruturas que perdurem e originem riqueza para o concelho. A concluir, referiu que neste orçamento a rubrica referente à agricultura é mínima e que a agricultura do concelho não se resume ao Queijo da Serra e à Ovinicultura; por fim solicitou um apoio financeiro para a cooperativa FORAL que se encontra com dificuldades em executar as tarefas. -----

----- No concernente à intervenção do membro da assembleia Cristina Guerra, o Sr. Presidente da Câmara referiu que os passivos contingentes serão resolvidos à medida que forem transitando em julgado, uns através de acordos extrajudiciais de conciliação devidamente homologados pelo juiz, outros através de despacho judicial após audiência. Referiu, também, que não se refugia no passado, mas que é necessário lembrar alguns acontecimentos, nomeadamente o facto de aquando da primeira negociação com o FAM, a Bancada do PSD ter abdicado do período de carência de capital e ter optado pelo pagamento regular do empréstimo, o que originou um aumento no valor da dívida. -----

----- Relativamente aos Bens de Domínio Público referiu que se depararam com situações que tiveram de ser resolvidas, nomeadamente a questão de dois lotes de terreno na Zona Industrial que não estavam registados em nome do proprietário, bem como a questão da Gasopneu e da Resiestrela que ainda se encontravam registadas em nome da Câmara Municipal. -----

----- Quanto à intervenção do membro Artur Oliveira, o Sr. Presidente da Câmara referiu que a partir do momento em que se proceda à avaliação de todos os imóveis, naturalmente que aumentará o ativo que se refletirá em todos os outros índices; acrescentou que o registo das participações financeiras das Terras Serranas e Fornos Vida não depende da Câmara Municipal, mas de decisão judicial. -----

----- Em relação aos passadiços, afirmou que não partilha da opinião do membro da assembleia Rui Viçoso, na medida em que se trata de uma questão de moda que passa, e comparativamente ao parque infantil tem um custo muito mais avultado. -----

----- Relativamente ao apoio à agricultura referiu que há ações que não são visíveis, nomeadamente o apoio aos agricultores que necessitam de eletrificação nas suas explorações agrícolas, contudo, está recetivo aos contributos que a Sra. Vereadora Joaquina Domingues possa dar na elaboração do próximo orçamento. -----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea d) da Ordem de Trabalhos à votação, tendo sido a mesma aprovada por maioria com um voto contra da Bancada do CDS e cinco abstenções da Bancada do PSD e Independente. -----

----- Passou-se de imediato à alínea e) da Ordem de Trabalhos: "Proposta de Revisão Orçamental n.º2/2019 e Revisão às GOP n.º2/2019". -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que esta proposta de revisão se deve à abertura de procedimentos de contratação pública de seguros, gasóleo e limpeza e higiene, todos eles plurianuais. ---

----- No uso da palavra, o membro da assembleia Fernando Melo referiu que é fácil falar nos erros dos

outros para mascarar a falta de projeto político do executivo para o concelho e, na medida em que abordaram novamente a questão da Serra da Esgalhada, questionou o Sr. Presidente da Câmara como está a decorrer esse processo. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia alertou para o facto de essa questão se enquadrar no ponto "Outros Assuntos para o Concelho", contudo, se o Sr. Presidente da Câmara assim o entender poderá responder de imediato.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que o processo se mantém em tribunal, tendo havido uma tentativa de conciliação por parte do administrador das duas empresas, a qual foi recusada, uma vez que a Câmara Municipal pretende que o património reverta para o Município, ficando deste modo a gerir o campo de futebol, o polidesportivo e o parque de merendas. Em complemento e a concluir referiu que apesar da morosidade dos tribunais, espera que durante o presente ano haja alguma deliberação. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia colocou a alínea e) da Ordem de Trabalhos à votação tendo sido a mesma aprovada por maioria com seis abstenções da Bancada do PSD e Independente. -----

----- Passou-se de seguida ao ponto três da Ordem de Trabalhos. "Outros Assuntos de Interesse para o Concelho". -----

----- Usou da palavra o membro da assembleia Nélio Sequeira para enaltecer o projeto "Orçamento Participativo" na medida em que dá oportunidade a todos os fomeneses de participar na vida política do concelho. Questionou o Sr. Presidente da Câmara qual o impacto do Portal "O Bom Sabor da Serra" e a concluir referiu que não podem esquecer uma dívida que se vai manter nos próximos anos nem esquecer os atos do passado, de modo a não cometer os mesmos erros no futuro. -----

----- O membro da assembleia Rui Viçoso elogiou a abertura do Sr. Presidente da Câmara à apresentação de projetos por parte da Bancada do PSD. Em relação aos passadiços e, na medida em que têm opiniões diferentes, propôs a elaboração de um estudo sobre o seu impacto no concelho. -----

----- Interveio o membro da assembleia Artur Oliveira relembrando que em fevereiro de dois mil e dezasseis foi apresentada e aprovada uma primeira versão do Plano de Reequilíbrio, mas chegou-se à conclusão de que esse plano não estava bem elaborado, tendo sido apresentada uma segunda versão, cerca de um ano depois. Exprimiu a opinião de que a aprovação da segunda versão do Plano foi feita de uma forma muito responsável pelos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Seguidamente sugeriu a construção de um deque na margem direita do Rio Mondego, entre a praia fluvial e a ferraria da freguesia de Figueiró da Granja, na medida em que seria de todo o interesse a existência de um espaço de lazer. Manifestou a sua insatisfação perante a legislação de proteção contra os incêndios referindo que é uma lei repressiva e desadequada que coloca quase todo o país ilegal e, para além disso, não dota as Juntas de Freguesias nem as Câmaras Municipais de contrapartidas financeiras necessárias para resolver o problema. A concluir realçou a aposta e o investimento do executivo na área da Educação e Cultura. -----

----- No uso da palavra o membro da assembleia Cristina Guerra congratulou-se com a colocação de

ecopontos em diversos pontos do concelho, uma vez que é uma excelente medida de incentivo à reciclagem, devendo esta constituir uma mais valia em termos financeiros para o Município. Dirigiu um apelo ao executivo para que, em função das percentagens de reciclagem e, como forma de incentivo, transmitissem à população a ideia de que quanto mais reciclarem, mais poderão poupar nas faturas da água. Referiu, também, que concorda plenamente com a ideia da criação de um parque de caravanismo apresentada pelo membro da assembleia Manuel Gonçalves, na medida em que certamente ficaria mais barato do que, por exemplo, a requalificação do Mercado Municipal e seria uma mais valia para o concelho no sentido de captar pessoas, sugerindo para o efeito, o Olival da Vinha que está desaproveitado ou a Estação de Camionagem. -----

----- Relativamente às preocupações ambientais congratulou-se com a substituição da água engarrafada, com o saco para o pão, com os protocolos celebrados com as entidades no sentido de sensibilizarem a população para estas questões e, também, com a informação afixada nos fontanários do concelho; ainda relativamente a este assunto referiu que o ideal seria termos água de qualidade para consumo, tanto na rede como nos fontanários. -----

----- O membro da assembleia Luís Ginja lembrou que o processo de delegação de competências ainda está a decorrer e, ao que sabe, relativamente à Educação, a Autarquia e o Agrupamento de Escolas estão a elaborar um estudo no sentido de averiguar se é ou não benéfica a sua aceitação. -----

-Referiu que discorda da afirmação do membro da assembleia Artur Oliveira quando disse que a aprovação da segunda versão do FAM foi feita de forma responsável, uma vez que, ao que recorda, foi o maior golpe de teatro jamais visto numa assembleia. -----

----- A concluir, parabenizou o executivo pelas medidas tomadas relativamente ao ambiente. -----

----- O membro da assembleia Fernando Melo interveio questionando o Sr. Presidente da Câmara como está a gerir a dívida às Águas do Zêzere e Côa e se alguma vez foi cabimentada a verba para o saneamento do lar da Liga de Amigos de Figueiró da Granja. -----

----- Seguiu-se o membro da assembleia Nuno Porfírio referindo que concorda com as palavras do membro Rui Viçoso relativamente ao Turismo, uma vez que o concelho precisa de turistas durante todo o ano. Acrescentou que os privados têm, também, de tomar a iniciativa na elaboração de projetos que atraiam turistas para, posteriormente, apresentarem ao executivo. -----

----- Regozijou-se pelo facto de a maioria das intervenções terem sido de congratulação pelas medidas adotadas pelo executivo, facto que demonstra que está a fazer um bom trabalho e, por fim, convidou os presentes a participarem na execução do laço humano em frente à Câmara Municipal como medida de protesto pelos maus tratos na infância. -----

----- O membro da assembleia Cristina Guerra referiu que o executivo não teria qualquer tipo de exequibilidade financeira se o FAM não tivesse sido aprovado; de acordo com o parecer dos técnicos, a primeira versão não tinha viabilidade, tendo sido aprovada uma segunda versão mais vantajosa para o Município e que salvaguardou o que na altura interessava, mas daqui a dez anos não haverá receita para

o pagar. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que o Orçamento Participativo é um projeto desenvolvido pelo Sr. Vereador Alexandre Lote, tem sido um sucesso, espera que continue a ser e que a comunidade adira para que se possam realizar novos projetos no concelho. Relativamente ao Portal “O Bom Sabor da Serra” referiu que o Sr. Vereador Bruno Costa tem desenvolvido um excelente trabalho, uma vez que está a ter êxito e todos os produtores que se inscreveram estão a vender os seus produtos. -----

----- Relativamente à intervenção do membro Rui Viçoso esclareceu que estava acordado que houvesse um projeto transversal às duas Comunidades, Beiras e Serra da Estrela e Coimbra, no entanto faltou verba e o projeto está em modo de espera; acrescentou que os passadiços não eram financiados no âmbito do protocolo celebrado com a CIM, mas, em contrapartida, os jardins da Quinta da Vila eram financiados em 85% ficando apenas 15% do investimento a cargo da Câmara Municipal, e, portanto, as opções terão de ser feitas de acordo com a realidade financeira que existe. -----

----- No conceme à questão do FAM recordou que houve três deliberações, sendo a primeira em fevereiro de dois mil e dezasseis em que havia a obrigatoriedade da Câmara Municipal aderir a este Plano, seguiu-se um projeto que contou com a participação das entidades bancárias com taxas de juro e prazos mais reduzidos e, depois, uma terceira versão relativamente à qual a Bancada do PSD entendeu que estava tudo bem exceto o período de carência de capital, tendo sido esta deliberação tomada numa sessão atípica, na medida em que conseguiram deliberar acerca de três ou quatro pontos em trinta segundos.-----

----- Relativamente aos ecopontos referiu que foram colocados em várias freguesias e que é um trabalho que está a ser desenvolvido pelo Sr. Vereador Bruno Costa em parceria com a Resiestrela. Referiu ainda, que não é possível reduzir a tarifa da água e que não se limitam a verificar a não conformidade da água dos fontanários, mas também intervêm no sentido de melhorar a sua qualidade sempre que possível. Em relação à intervenção do membro Luís Ginja relativamente à competência da Educação, esclareceu que não há um estudo entre a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas, tendo havido apenas uma troca de informações com o Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas, no sentido de fornecer alguns dados que, posteriormente, foram facultados ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para este poder convocar o grupo de trabalho anteriormente constituído para o efeito. Referiu ainda, que todas as competências não aceites pela Câmara Municipal, terão de ser submetidas novamente à consideração da Assembleia Municipal. -----

----- No que concerne à dívida das Águas do Zêzere e Côa houve uma tentativa de acordo de regularização que o Governo quis impor aos Municípios, mas o Município de Fornos de Algodres nunca poderia assinar esse acordo uma vez que se encontra em processo de reequilíbrio financeiro e, para além disso, as Câmaras envolvidas entenderam que o documento era desfavorável na medida em que o Governo pretendia cobrar juros desde o início do processo até ao presente; acrescentou que o documento tinha uma cláusula, segundo a qual ficariam impossibilitados de litigar com as Águas qualquer fatura com a qual não concordassem. -----

----- Relativamente ao saneamento da Liga de Amigos de Figueiró da Granja, informou que reuniu com a Direção e já falou com um empreiteiro no sentido de fazer um orçamento para a obra. -----

----- Quanto à intervenção do membro da assembleia Nuno Porfírio referiu que, efetivamente, a iniciativa privada tem um papel fundamental, acrescentando que como Presidente do Conselho Diretivo da ADRUSE constatou que Fornos de Algodres é dos concelhos com menos candidaturas. Em complemento referiu que vão abrir novos concursos, esperando, por isso, que os empresários de Fornos de Algodres se candidatem.

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a aprovação em minuta das deliberações tomadas, tendo obtido a unanimidade dos presentes; depois de lida a referida minuta, foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

----- Passou-se de seguida ao último ponto da Ordem do Dia: "Intervenção do Público". Solicitou o uso da palavra o Sr. Marco Ferreira dos Santos, que fez chegar antecipadamente à Mesa da Assembleia, um requerimento, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata, onde referia pretender intervir acerca dos seguintes assuntos: -----

-----1 – Nomeação, consolidação/não consolidação polémica de funcionários; -----

-----2 – Ponto de situação da ligação da rede de esgotos do ERPI, estrutura residencial para pessoas idosas; -----

-----3 – Fornecimento de refeições escolares à escola de Figueiró da Granja; -----

----- 4 – Uma vez estar a ser posto em causa o sentido de voto e a defesa da honra da Ex Vice-Presidente agora Vereadora Rita Silva, uma vez mais se questiona os motivos que levaram à perda de confiança por parte do senhor Presidente da CMFA; -----

-----5 – Clarificação da atribuição da Aldeia de Montanha a Figueiró e a Algodres. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara salientou que o Sr. Vereador Bruno Costa é de Figueiró da Granja e defende quer os interesses de Figueiró quer das outras freguesias. Relativamente ao primeiro ponto é uma questão de gestão do executivo, o processo encontra-se em tribunal e, nessa medida, nada mais tem a acrescentar; acerca dos pontos seguintes já respondeu ao longo da sessão e, relativamente ao último ponto referiu que foi uma luta, na medida em que havia outros candidatos com as mesmas aspirações e os mesmos requisitos. Referiu, também, que mais não foi feito uma vez que não havia verba, mas assim que haja será distribuída pelas duas aldeias. Em complemento e a concluir referiu que não há nenhuma intenção contra Figueiró da Granja porque se houvesse não haveria intervenção na escola do 1.ºCiclo. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente _____ 

O Primeiro Secretário _____ 

O Segundo Secretário _____ 